



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

Data: 26/05/2021 Horário de Início: 14horas Horário de Término: 15horas

L o c a l : https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGVIMTdINzAtNTI5Y00M2MzLWjOMzUtZjMzMzJjZDJMDEy%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%224c86fd71-d016-4231-a160-57311d68b951%22%2c%22oid%22%3a%22dfad2578-ecb9-4cac-bf09-fd9be676a420%22%7d

Objetivo: Discutir a contratação de instituição financeira para prestação de serviços financeiros, incluindo a folha de pagamento dos servidores ativos (estatutários, contratados, comissionados), servidores inativos, agentes, pensionistas e estagiários do Poder Executivo Estadual, dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos, que optarem por adesão a esta contratação, e demais empregados públicos, além do pagamento a fornecedores de bens e serviços aos órgãos, integrantes da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual e das Empresas Públicas.

Participantes:

Nome Completo	Tipo	Nome Completo	Tipo
Daniel Rocha (Guest)	Não identificado	Marcus Vinicius Pioto	Bradesco
Robson (Convidado)	Não identificado	Joao Segundo da Costa Neto	Bradesco
Robson Caldeira Barbosa (Convidado)	Não identificado	Fernando Antonio Tenorio	Bradesco
Coronel Piassi - PMMG (Convidado)	Não identificado	Edineia Rosa Cecilio	Bradesco
2º SGT BM Giselle Crovato Duarte Pereira (Convidado)	Não identificado	Eliete Machado	Bradesco
Roberto Bracarense (Convidado)	Não identificado	Emerson Martins Campos	Bradesco
Rafael Neres (Convidado)	Não identificado	Marlon Tramontina Cruz Urtozini	Bradesco
Paulo Borges	Não identificado	Edmir Jose Domingues	Bradesco
Simone Maria Lima Santos	MP	Nelson De Borba Lopes	Santander
Hilmara Cristina Cordeiro Biagioni Gomes	Caixa	Daniel Gomes Fernandes	Santander
EDUARDO RODRIGUES CHAVES	TCE	Joao Gilberto Lunardi	Santander
Marcelo Luis Baiao Salgado	Caixa	Flavia Alvares da Silva Martins	Santander
Danilo Botelho de Carvalho	MP	Lilian Maria Barbosa Herrera	Santander
Célia (Convidado)	Não identificado	Giovanni Kikko Tukahara	Santander
Marcelo Montai (Convidado)	Não identificado	Bruno Soncin Oliveira	Santander
Paulo Borges (Convidado)	Não identificado	Leonardo Miranda Borba	Santander
Convidado	Não identificado	Patricia Da Silva Zoja	Santander
Diego Sousa	Defensoria	Adriano Manzani Pereira	Santander
Bruno Torres Carvalho	Banco do Brasil	Angelo Magno De Avila	Santander
Joao Paulo de Assis Valadares	Banco do Brasil	Patrick Urbano	Santander
Marcelo da Silva Botelho	Banco do Brasil	Daniela Lobato Barbosa de Oliveira	Santander
Fernando Favoreto	Banco do Brasil	Christiane Mesquita de Oliveira	Santander
Joao Carlos Ferreira Ramos	Banco do Brasil	Carlos Eduardo de Lima	Santander
Sandro Jacobsen Grando	Banco do Brasil	Leandro Roberto Dominiquini	Itaú
Ricardo Alexandre Garcia Zanoni	Banco do Brasil	Vania C. La Falce	Itaú
Luiz Gustavo Hokumura Caires	Banco do Brasil	Valeria Limeira	Itaú
Renato Brener Silva Peixoto	Fazenda	1403 Cyro	Itaú
Pedro Vinicius Campos	Fazenda	Joel Melquiades Souza	Itaú
Fernanda Pires Mourao Zanini	Fazenda	Antonio Palmeira	Itaú
Pedro Augusto Moreira Dias	Fazenda	Diva Maria L Miguel	Itaú
Wendel Alvares da Silva	Fazenda	Leticia Donatoni Casado	Itaú
Ellen Silveira Reis	Fazenda	Luciana Cristina Fonseca Abreu	Itaú

Vitorio dos Santos Goncalves	Fazenda	Livia Wanderley B Maia Vieira	Itaú
Diogo Felipe Aredes	Fazenda	Gilberto Mirabelli Junior	Itaú
Eduardo Mota Torres	Fazenda	Marco Antonio Brandao	Itaú
Maria Coeli Amorim Prosdocimi Diniz	Fazenda	Robson Cotoski Pacheco	Itaú
Aline Rodrigues Cunha	Fazenda	Juliana Raus Maioral	Itaú
Nilson Eustaquio de Souza	Fazenda	Vitor Oliveira Dos Santos	Itaú
Simone de Freitas	Fazenda	Monica OroSCO	Itaú
Arlison Leandro Fernandes Correa Lope	Fazenda	Tomas Julio Ferreira	Itaú
Patricia Melo Cunha	Fazenda	Debora Floriano	Itaú
Maria Da Conceição Barros De Rezende Ladeira	Fazenda	Hely Lembi Ferreira Junior	Fazenda
Rosangela de Abreu Messeder	Fazenda	Robstaine do Nascimento Costa	Fazenda
Gabriel Arbex Valle	Fazenda	Fabio Rodrigo Amaral de Assuncao	Fazenda
Eliana Mara Marcolino	Fazenda	Luciana Assuncao Batista	Fazenda
Leonardo Raphael Lamoglia Scarabelli	Fazenda	Jose Arnaldo dos Santos Junior	Fazenda
Danielle Braga Valaci Pontes Ferrari	Fazenda	Plinio Jose de Aguiar Grossi	Fazenda
Isabella Kenia Fonseca Viegas	Fazenda	Marcelo Muniz	Fazenda
Elma Guimaraes Passos	Fazenda	Ramon Alves Campos Neres	Fazenda
Vinicios de Andrade Santos	Fazenda	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Fazenda
Robson Duarte Silva	Fazenda	Gustavo Rattton Mascarenhas Silva	Fazenda
Naiara Silva de Carvalho	Fazenda	Renata Viana Simoes	Fazenda
Bruno Antonio Rocha Borges	Fazenda	Atila Marcelo Mariano Calonge	Fazenda
Larissa Soares Guimaraes	Fazenda	Simone de Sousa Almeida Amaral Faria	Fazenda
Henrique Hermes Gomes de Morais	Fazenda	Maria Auxiliadora Salles Goncalves	Fazenda
Daniela Gomes Pereira	Fazenda	Blenda Rosa Pereira Couto	Fazenda
Luciana de Souza Faria	Fazenda	Ana Cristina de Resende Dias	Fazenda
Leonardo Alves da Silva	Fazenda	Lucia Helena Tamie Anraki	Fazenda
Geber Soares de Oliveira	Fazenda	Jose Getulio de Souza	Fazenda
Priscila Thais de Freitas	Fazenda	Andre Beliene Vila	Fazenda
Deborah Delmondes de Oliveira	Fazenda	Evelyne Cirilo Sousa	Fazenda
Pedro Tanure Machado	Fazenda	Anny Rocha Pinheiro	Fazenda
Carolina Pinho Castro Franca	Fazenda	Marcela Carvalho Santiago	Fazenda
Marcel Freire de Melo	Fazenda	Alberto Luiz Alves Viotti	Fazenda
Felipe Afonso Costa	Fazenda	Bernadete Lima Domingues	Fazenda
Marlon de Souza Reis	Fazenda	Marilucia da Conceicao Xavier	Fazenda
Monica Maria Costa	Fazenda	Marilia de Freitas Gomes	Fazenda
Daniel Comanducci Nascimento	Fazenda	Ednei Torres Zulli	Fazenda
Raquel Rezende Castro Alves Barbosa	Fazenda	Acacio Augusto Lemos Fernandes	Fazenda
Carla Renata Leal Carneiro	Fazenda	Aline Cristina Pereira de Lima	Fazenda
Rodrigo Alvim Franchini	Fazenda	Alex Goncalves Araujo	Fazenda

Às 14 horas do dia 26/05/2021 teve início a Audiência, convocada por intermédio do AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 11 de maio de 2021, página 48, e no Jornal do O TEMPO do dia 11 de maio de 2021, página 26. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência.

A audiência foi aberta pelo Diretor de Aquisições e Contratos da Secretaria de Estado de Fazenda, Sr. Arilson Lopes que, após a saudação, informou o propósito da audiência, da observância aos princípios constitucionais basilares, da transparência do processo licitatório de forma a ampliar a participação do maior número de interessados e destacou que a troca de experiências entre a administração pública e particulares é de crucial importância para refinar o conteúdo dos documentos do processo licitatório.

Em seguida, apresentou a composição da mesa, com a presença do Subsecretário do Tesouro Estadual, Sr. Fábio Amaral e reforçou as diretrizes para que a audiência fluísse de maneira eficiente e informou que as dúvidas e questionamentos posteriores poderiam ser encaminhados até o dia 28/05/2021.

Com a palavra, o Subsecretário do Tesouro Estadual, Sr. Fábio Amaral, iniciou suas considerações agradecendo a todos pela presença e deu a continuidade a apresentação, reiterando sobre o objetivo da audiência para a contratação de

instituição para prestação de serviços financeiros.

A apresentação proferida pelo Sr. Fabio Amaral foi dividida em duas partes, a primeira com a contextualização da situação fiscal do estado de Minas Gerais e posteriormente sobre o objeto da contratação.

Contextualização da Situação Fiscal de Minas

Foi apresentado um gráfico com déficit orçamentário do Estado de Minas Gerais, desde 2015. Entre 2015/2018 (Gestão Anterior) e a partir de 2019 com a nova gestão do governo Zema. Em 2020, houve uma forte redução do déficit fiscal em função do auxílio da União (COVID-19) e as receitas extraordinárias ajudaram a balancear as contas do Estado, porém Sr. Fábio Amaral destacou o cenário de forte déficit estrutural.

De 2021 a 2024 foram apresentadas as projeções. Em 2021 conforme aprovado pela Lei Orçamentária Anual e de 2022/2024 conforme as projeções da Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhadas à Assembleia Legislativa.

O Sr. Fábio Amaral ponderou que a situação fiscal do estado ainda é bastante preocupante, as receitas não são suficientes para fazer frente as despesas do estado e isso impactou diretamente nos índices da Lei de Responsabilidade fiscal (Índice de Pessoal/Dívida)

Em relação ao Índice de Pessoal, foi apresentado a evolução dos três últimos relatórios de gestão fiscal 2018/2020, por meio desse relatório verifica-se uma forte aceleração da Receita Corrente Líquida passando de 56 Bilhões em 2018 para 70 Bilhões em 2020 e a despesa de pessoal do Poder Executivo manteve-se estável, em torno de 38 bilhões o que fez com que o índice de Pessoal do Poder Executivo passar de 66% em 2018 para 53% em 2020.

Sr. Fábio Amaral destacou que o Governo vem adotando a política de manutenção da contenção da folha de pagamento (crescimento vegetativo), e o foco na melhoria da questão de arrecadação do Estado, trabalho este que é realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda considerando a questão Tributária, e que causa grande impacto da Receita Corrente Líquida.

Como o objeto dessa Contratação também incluiu o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Defensoria Pública, foi apresentado a Despesa Geral do Estado, incluindo os outros poderes. E foi possível perceber a diminuição de despesas de pessoal de 76% para 62%. Sr. Fábio Amaral ponderou que apenas o Poder Executivo está com o Limite de Gastos de Pessoal acima do Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à Dívida Pública, Sr. Fábio Amaral apresentou a evolução de 2018 a 2020 que passou de 106 Bilhões para 133 Bilhões em função do não pagamento da Dívida Pública em função das liminares obtidas pelo Estado. O Estado não teve capacidade de fazer frente a alguns pagamentos à Fornecedores, consignados, precatórios e dívida pública.

Atualmente o Governo de Minas não possui o aval da STN para a realização de operações de crédito. Assim, nenhuma contratação de crédito foi realizada. Os valores citados acima referem-se apenas a evolução pelo não pagamento da dívida pública, incluindo também a questão dos encargos de inadimplência.

Em relação ao cenário de déficit que impactou diretamente o caixa do Tesouro além do não pagamento da dívida pública. Vários pagamentos estavam atrasados desde 2015 a 2018. Como exemplo: Pagamentos de consignados, precatórios, repasse aos Municípios, Débitos Previdenciários e 13º Salários.

Em 31/12/2018 esses débitos giravam em torno de aproximadamente 11 bilhões de reais (Restos a Pagar) e atualmente giram em torno de 3,8 bilhões. Valor este que já está negociado (repasso aos Municípios que se encerra em setembro/2021, Débitos previdenciários que serão quitados ao longo dos próximos meses).

Sr. Fábio Amaral ressaltou que o principal desafio foi colocar em dia os principais débitos, tais como Consignações Bancárias; Repasse de Contribuições Previdenciárias; Repasse Transferências Municipais; Pagamento Tributos Federais; todos esses estão em dia e o Pagamento de Salários que está sendo efetuado em duas parcelas.

Em seguida foi apresentado a página da Internet com as principais informações do Tesouro Estadual, seguindo a política de transparência das principais atividades do Tesouro Estadual e o Sr. Fábio Amaral prosseguiu com a segunda parte da apresentação, do Objeto da Contratação.

Objeto da Contratação

O Contrato Atual tem a sua vigência até 21/12/2021. A contratação atual embarca a folha de pagamento, pagamento de fornecedores, centralização da arrecadação e disponibilidade de caixa.

Porém, a nova contratação será dividida em dois Contratos o Primeiro Objeto da presente audiência (Folha de pagamento e pagamento à fornecedores) e a segundo (prevista para o 2º semestre) será para a centralização da arrecadação e disponibilidade de caixa, com banco oficial, de acordo **com o artigo 164 paragrafo 3º da Constituição Federal.**

O Objeto da Licitação será a contratação de instituição financeira para prestação de serviços financeiros, incluindo a folha de pagamento dos servidores ativos (estatutários, contratados, comissionados), servidores inativos, agentes, pensionistas e estagiários do Poder Executivo Estadual, dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos, que optarem por adesão a esta contratação, e demais empregados públicos, além do pagamento a fornecedores de bens e serviços aos órgãos, integrantes da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual e das Empresas Públicas.

Em relação aos preparativos para a Implantação estima-se que será da data de assinatura do contrato até 21/12/2021.

O Contrato terá a vigência de 22/12/2021 a 21/12/2026.

O contrato englobará os Órgãos e Entidades do Poder Executivo, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e diversas empresas públicas, excetuando CEMIG e COPASA.

Sr. Fábio Amaral informou que já foram recebidos dois questionamentos por meio do correio eletrônico. Esses questionamentos serão respondidos e publicados no link da Audiência Pública na Página da Secretaria de Estado de Fazenda e no Portal de Compras.

Um desses questionamentos refere-se à novos entrantes, como alterações

provenientes de reformas administrativas, no caso de extinção de secretaria. Na oportunidade, Sr. Fábio Amaral informou que já estaria no escopo do contrato, assim não haveria impacto.

Em seguida foi apresentado o Perfil de vínculo: 624.270 vínculos, 53% Ativos, 38,7% Inativo, 8,3% pensionista e que existiam servidores com mais de um vínculo funcional (8.327 servidores)

Sobre o saldo de empréstimo consignado foi apresentado que gira em torno de 7,7 bilhões, em valor presente, e ressaltou que houve um crescimento a partir de julho/2019, com os acordos e retomadas de pagamento.

A média da folha bruta gira em torno de 3,5 Bilhões/mês; a média da folha líquida 2,4 bilhões/mês; e a média de pagamento à fornecedores: 1,1 bilhão/mês. Foram pontuados a pirâmide salarial e a concentração geográfica, com 41% na região central do estado, 12% Zona da Mata, 10% Sul de Minas, 9% no Norte de Minas e os outros 28% nas demais regiões do Estado.

Em relação ao Pré-Requisito dos Licitantes foi apresentado que devem aferir Índice de Basileia, de no mínimo, de 11%; possuir atestado com a indicação de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de, no mínimo, 60.000 funcionários; e possuir rede de atendimento instalada, constituída por agências bancárias, postos bancários, correspondentes bancários e caixas de atendimento eletrônico.

Já em relação aos principais itens da execução, foi destacado os seguintes itens: Pagamentos deverão ser processados em D+1; Exclusividade em espaços públicos, ressalvado o que está previsto em Edital (Correios e Casas Lotéricas); e Recadastramento anual dos servidores ativos e inativos, pensionistas e empregados públicos, sem ônus adicional para o contratante.

A estimativa de precificação é de R\$ 1.893.231.961,00, com o pagamento em Parcela Única.

Assinatura do contrato até 15 dias corridos da data da homologação da licitação.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 dias corridos da data da assinatura do contrato.

Ao final da apresentação o Sr. Fábio Amaral passou a palavra ao Sr. Arilson Lopes que informou que seria realizada uma pausa de 5 minutos para o envio de questionamentos pelo CHAT, mas que acreditava que diversos questionamentos já haviam sido sanados com a apresentação do Sr. Fábio Amaral.

Ao final da pausa o Sr. Arilson Lopes retornou com o questionamento apresentado pelo Sr. Leonardo Borba/Banco Santander com vários itens, conforme apresentado abaixo. E informou que devido à complexidade e para não ser exaustivo, posteriormente todas as respostas seriam disponibilizadas no link da audiência.

Questionamento Apresentado pelo Sr. Leonardo Borba:

INFRA

1. Qual a Infra atual e onde estão instaladas
2. Qual a Infra mínima exigida e onde deverá ser instalada (endereços)
3. Qual o prazo para saída do banco atual
4. Qual o prazo para entrada do novo (início funcionamento)
5. Ratificar que haverá exclusividade

FOPA

1. Abrir quantidade de Estagiários e comissionados
2. Distribuição dos Inativos e pensionistas por cidade/UF
3. Pirâmide dos Inativos/Pensionistas
4. Quantidade de CPFs versus Quantidade de matrículas

PAGAMENTO DO BID

1. Esclarecer sobre adesão à contratação e condições de cálculo de cada uma delas

RECADASTRAMENTO

1. Será Prova de Vida e RECAD – quais dados a serem tratados?

IMPLANTAÇÃO DA FOLHA

1. Haverá Cessão de espaço físico para realização do *Onboarding* (entrega dos kits de contas dos servidores)?

Com a palavra, o Sr. Fábio Amaral informou que também recebeu o questionamento por correspondência eletrônica e as respostas já estão sendo compiladas.

Por questões de segurança estão consolidando as informações por CNPJ. Os vínculos em CPF (condição ativo e inativo) foram apresentados. Solicitação pelo tipo de vínculo, comissionado ou função serão respondidas posteriormente.

As respostas referentes à estrutura física necessária mínima serão disponibilizadas posteriormente. Como exemplo, o Sr. Fábio Amaral citou a Cidade Administrativa, que no atual contrato possui a exigência de uma agência, mas a atual instituição financeira ocupa três espaços. Será facultado a utilização desses e espaços para a instituição financeira vencedora.

As demais informações sobre as necessidades atuais, estrutura condizente com esse perfil, caracterização por CNPJ serão respondidas e disponibilizadas posteriormente.

A instituição financeira atual terá o prazo de retirada de 30 dias após o vencimento do contrato e o Sr. Fábio Amaral informou que se pretende realizar um recadastramento, e o objetivo da audiência também seria de verificar se as instituições possuem esse produto.

Ao final ressaltou que serão dadas ampla divulgação à todos os itens questionados.

O Sr. Leonardo Borba se manifestou oralmente quanto aos itens destacados abaixo:

Infra: importante que no edital tenha de forma detalhada os termos definidos e aceitos pelo contratante a estrutura a ser proposta pela instituição financeira

vencedora

Pirâmide: entender qual o percentual, quantidade de funcionários comissionados e contratados que poderá ocorrer uma oscilação ao longo da vigência do Contratado (número de Contratados, Efetivos, Comissionados). Publicar detalhadamente.

Com a palavra Sr. Fábio Amaral informou que as informações serão prestadas posteriormente.

Em seguida o Sr. Fernando Antonio Tenório, Banco Bradesco se manifestou oralmente agradecendo a transparência e cumprindo o rito da Lei 8.666/93. E solicitou esclarecimentos quanto ao FUNDEB conforme detalhado abaixo:

1. Relação da nova Lei do FUNDEB – recursos. O mercado está preocupado devido a cartilha do FUNDEB (pág. 104, Item 116) que informa sobre os recursos da educação que não podem ser transferidos para folha de pagamento. Sabendo que a folha da Educação representa no mínimo 30%. E seria um impacto muito grande.

E questionou se o Governo de Minas já possui algum posicionamento.

Sr. Fábio Amaral se pronunciou e informou que o assunto está em análise na Assessoria Jurídica em conjunto com a Advocacia Geral do Estado, tão logo será informado aos interessados.

Em seguida, o Sr. Leandro Roberto, Banco Itaú, solicitou a palavra, parabenizando pela transparência e o cuidado com esse ativo do Governo de Minas, e do exemplo a ser seguido por todos os órgãos públicos. Reiterou sobre a preocupação com o FUNDEB e se colocou a disposição para eliminar a insegurança jurídica.

Sr. Fábio Amaral agradeceu e pontuou que é um tema sensível e que está no objeto a ser licitado.

Novamente o Sr. Leonardo Borba solicitou a palavra e questionou sobre a quebra de fluxo em D+1. Qual o entendimento do Jurídico da Secretaria de Estado de Fazenda em relação a essa operação se poderia se configurar como uma operação de crédito.

Sr. Fábio Amaral se pronunciou e informou que o questionamento será encaminhado à Assessoria Jurídica e disponibilizado posteriormente aos interessados, ressaltando que se trata de uma excepcionalidade e que a pretensão é ter a pactuação em caso de algum erro de pagamento, falha de arquivo em caso de pagamento em D0. Quando se faz o pagamento o valor é feito na mesma data.

Ao final, o Sr. Leonardo Borba compartilhou da mesma preocupação sobre a questão do FUNDEB e questionou sobre a previsão de publicação do Edital.

Com a palavra, Sr. Fábio Amaral informou que publicação do edital está prevista para a segunda quinzena de junho/2021 e o Pregão Presencial na 1ª Semana de Julho. Pretende-se realizar o certame com antecedência, para realização de adequações necessárias no caso de nova instituição financeira.

Sr. Arilson Lopes agradeceu a todos os participantes, representantes das instituições financeiras, colegas envolvidos, *backstage* e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Subsecretário**, em 09/06/2021, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 10/06/2021, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30445252** e o código CRC **36533FD2**.

Referência: Processo nº 1190.01.0007436/2021-46

SEI nº 30445252